

Recessões do período 1910-1919: a recessão externa da I Guerra Mundial

Recessão | PICO: 1912; CAVA: 1918

A República portuguesa herdou da monarquia desequilíbrios orçamentais que a instabilidade política e social veio a aprofundar. Numa economia profundamente agrícola, um ano de más colheitas em 1912–13 despoletou uma recessão, que o início da Guerra em 1914 agudizou devido às dificuldades de abastecimento e aos entraves à emigração. A recessão foi ampliada com a entrada oficial de Portugal no conflito como beligerante em 1916, quer pelo efeito que o seu envolvimento teve na instabilidade monetária e orçamental, quer porque Portugal perdeu acesso a matérias-primas e bens de consumo importantes, assim como a capacidade de escoar os seus produtos. A recessão acabou com um pico de crescimento em 1919, embora a instabilidade monetária e orçamental, e a volatilidade do produto nacional, tenham permanecido até à segunda metade da década seguinte.

1. CONTEXTO

A revolta republicana de 1910 fez de Portugal uma das três repúblicas europeias anteriores à I Grande Guerra, juntamente com a França e a Suíça. O jovem regime herdou desequilíbrios orçamentais da monarquia, que nunca se havia recomposto do incumprimento nos pagamentos da dívida soberana de 1891. O governo de Afonso Costa (1913-14) deu alguns passos no sentido da consolidação orçamental, que o esforço de guerra prontamente interrompeu.

O parlamento autorizou o envolvimento de Portugal no conflito em agosto de 1914, com o envio de militares para as colónias africanas, onde se travaram combates com a Alemanha. Porém, o país não adotou formalmente o estatuto de beligerância ou de neutralidade até fevereiro de 1916, quando Portugal apreendeu todos os 72 navios alemães e austro-húngaros atracados em portos nacionais, a pedido do Reino Unido. A Alemanha declarou guerra em março de 1916. Dias depois, tomou posse o primeiro de dois governos de emergência nacional (a União Sagrada), juntando os dois principais partidos de então que governariam o país até ao final de 1917. Os primeiros 30 mil soldados portugueses zarparam de Lisboa para a frente ocidental europeia em janeiro de 1917. No total, o efetivo militar mobilizado em todas as frentes superou os 100 mil indivíduos, o que correspondia a mais de 3% da população ativa.

Politicamente, não obstante as sucessivas vitórias do Partido Democrático nas eleições legislativas, a dificuldade em formar maiorias determinou uma forte instabilidade política, que já marcava presença nos últimos anos da monarquia mas era agora agravada por frequentes golpes e contrarrevoltas. A participação na I Guerra Mundial trouxe dificuldades à população, e esse descontentamento traduziu-se em protestos frequentes. Entre janeiro e maio de 1915, o parlamento esteve

suspenso e houve um governo de iniciativa presidencial que ficou conhecido como a ditadura de Pimenta de Castro. Vários governos se sucederem até que triunfou uma revolta militar liderada por Sidónio Pais, em dezembro de 1917, que instaurou um regime presidencialista de teor ditatorial. Este duraria um ano, até ao assassinato do seu líder, em dezembro de 1918.

A agitação social atravessou todo este período, com o desenvolvimento do movimento operário, as manifestações contra a inflação e dissidências políticas de várias ordens. Em janeiro de 1916, em reação a notícias de especulação e açambarcamento supostamente praticados por alguns vendedores, há notícias de assaltos, mais ou menos coordenados, a estabelecimentos de distribuição de víveres por todo o país. Em 1917, houve greves na construção civil, nos correios e nos telégrafos; em Beja, sindicalistas e proprietários impediram a saída de trigo do concelho durante o mês de janeiro; no Porto houve assaltos a padarias em abril. De um modo geral, houve um aumento de greves, motins e assaltos entre inícios de 1916 e finais de 1917.

O fim da guerra não trouxe paz social. Aliás, a persistência de situações de escassez, preços elevados em certos bens essenciais e o deflagrar da gripe pneumónica continuaram a agravar as condições de vida no país. Entre meados de 1918 e meados de 1920, a pandemia vitimou mais de 100 mil portugueses entre três vagas, com a mais mortífera delas no segundo semestre de 1918. Há notícias do irregular funcionamento de fábricas e repartições públicas causada pela mortalidade e pelos períodos de convalescença dos infetados.

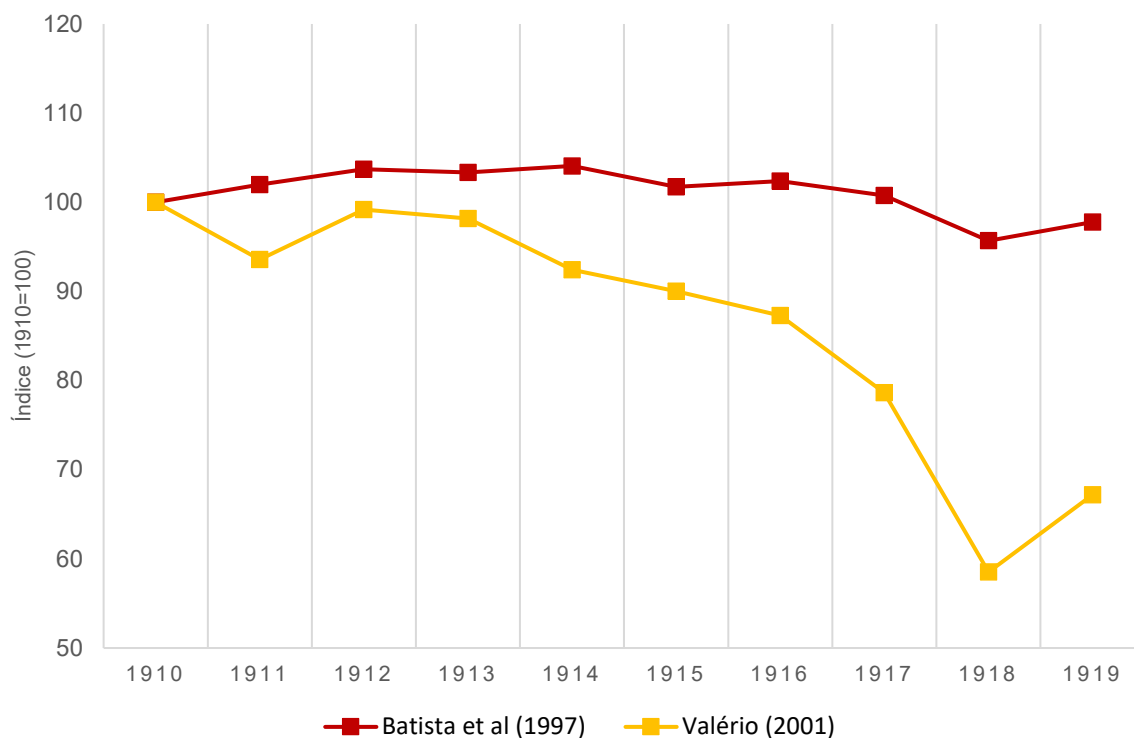
2. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

A **figura 1** mostra a evolução do PIB real durante esta altura, de acordo com duas séries que recorrem a métodos diferentes. Como é explicado nas notas metodológicas, as séries agregadas que existem para esta época são fiáveis para estudar tendências através dos anos, mas são bastante ruidosas na frequência anual. Em parte, isto resulta de, até recentemente, muitas estatísticas nacionais apenas serem produzidas com vários anos de atraso. Durante esta década, a qualidade dos dados na frequência anual é ainda pior, uma vez que foram interrompidos alguns esforços de recolha de dados durante o período de guerra. Isto leva a quebras e omissões em muitas das habituais séries desagregadas que o Comité utiliza para datar o ciclo entre 1911 e 1914, e reduz a confiança nas estimativas do PIB para estes anos em específico.

A partir de 1912, houve um primeiro ligeiro declínio da produção, que não parece estar associado a um choque externo ou a desenvolvimentos políticos internos. A instabilidade política e as dificuldades orçamentais já vinham de trás e não pioraram de forma significativa neste ano. Tendo em conta o peso da agricultura na economia portuguesa, provavelmente o choque teve antes origem nesse setor. Portugal era uma economia fechada e profundamente rural. Segundo os censos de 1911, 62% da mão-de-obra estava ocupada na agricultura, muitas vezes em condições de autossubsistência. A indústria, num sentido lato que engloba, por exemplo,

pequenos artesãos, empregava apenas 22% da população ativa e os serviços absorviam os restantes 16%.

FIG. 1 - PIB REAL AGREGADO SEGUNDO DUAS SÉRIES



Fontes: Batista et al (1997): PIB nominal em Batista et al (1997). Valério (2001): PIB nominal em Valério (2001), retirado de Valério (1998). A cada série é aplicado o deflator implícito da respetiva fonte.

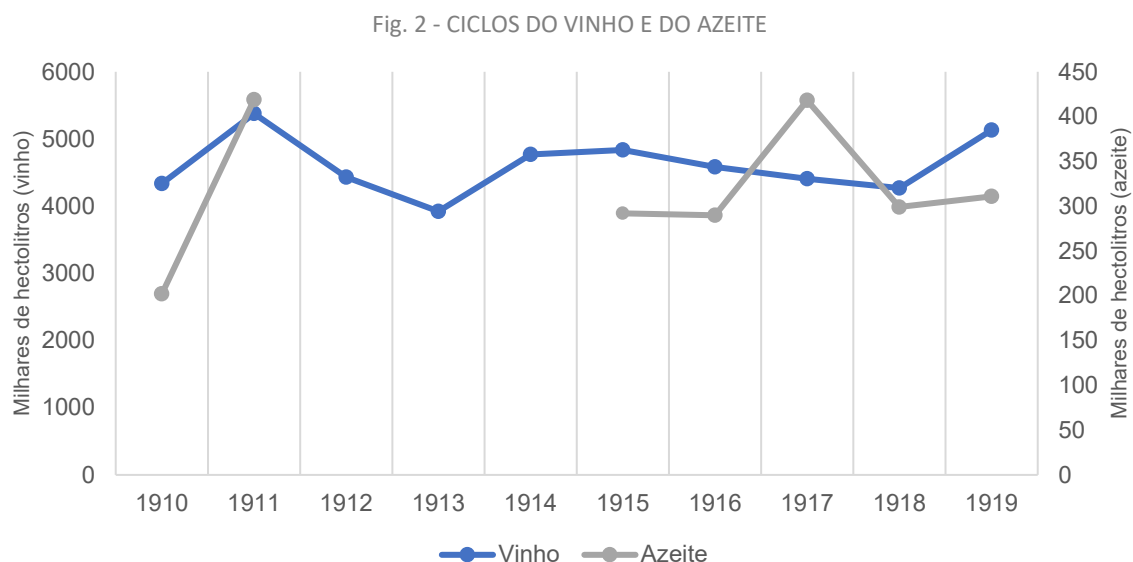
Com o começo da I Guerra Mundial, em finais de 1914, regista-se um mais acentuado declínio na produção a partir de 1915. Depois de uma ligeira recuperação em 1916, a economia entrou em acelerado declínio até 1918, que coincide com os dois anos em que Portugal esteve ativo na frente europeia do conflito. A economia de guerra em Portugal traduziu-se em diferentes alterações à estrutura produtiva e constrangimentos à atividade económica.

Para compreender os ciclos da economia nesta década e datá-los, é por isso preciso aprofundar a análise quer do ciclo agrícola — nesta década medido com maior imperfeição — quer do impacto da Grande Guerra na economia portuguesa.

O ciclo agrícola

A **figura 2** mostra o ciclo dos dois principais produtos agrícolas portugueses da época: o vinho e o azeite. Na cultura vitícola, destacaram-se dois choques negativos nesta década. Primeiro, em 1913, fatores naturais, como pragas e trovoadas,

conduziram a quebras avultadas na produção de vinho do Porto, que representava uma importante exportação. Apesar da tendência não ser a mesma no sul do país, a quantidade de vinho produzida caiu como um todo. Segundo, entre 1915 e 1918, a produção de vinho registou uma estagnação, ou mesmo um ligeiro declínio. Possivelmente, esta evolução esteve ligada a anos de fraca pluviosidade e à dificuldade em importar adubos e pesticidas durante a Guerra.



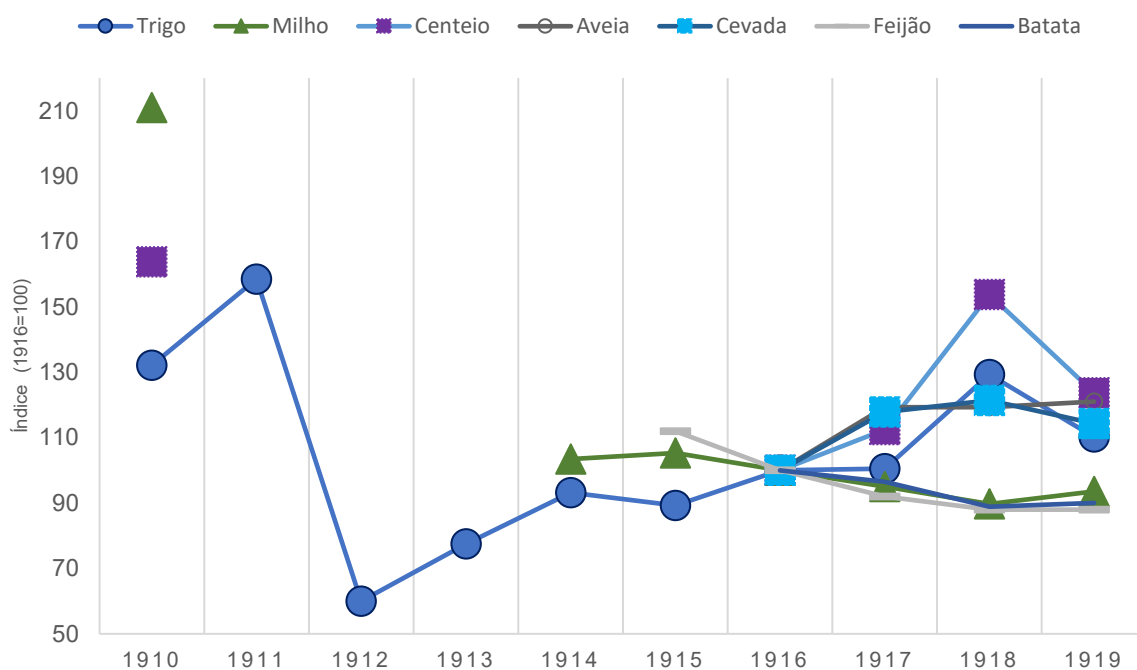
Fonte: Valério (2001).

Na produção olivícola, não há dados fiáveis disponíveis entre 1912 e 1914. No entanto, é de notar que há um pico de produção em 1911. Tendo em conta o ciclo regular de safra e contrassafra da azeitona, este leva a prever uma possível contração em 1912. Igualmente, depois de uma expansão em 1917, há uma contração no ano seguinte, um padrão recorrente na produção de azeitona na bacia do Mediterrâneo.

A **figura 3** mostra os dados das colheitas dos principais cereais, novamente com significativas omissões de dados no início da amostra. O trigo, único produto para o qual existem dados para anos consecutivos entre 1910 e 1914, regista uma grande quebra em 1912. Já durante o período da Grande Guerra, não se verificam oscilações relevantes.

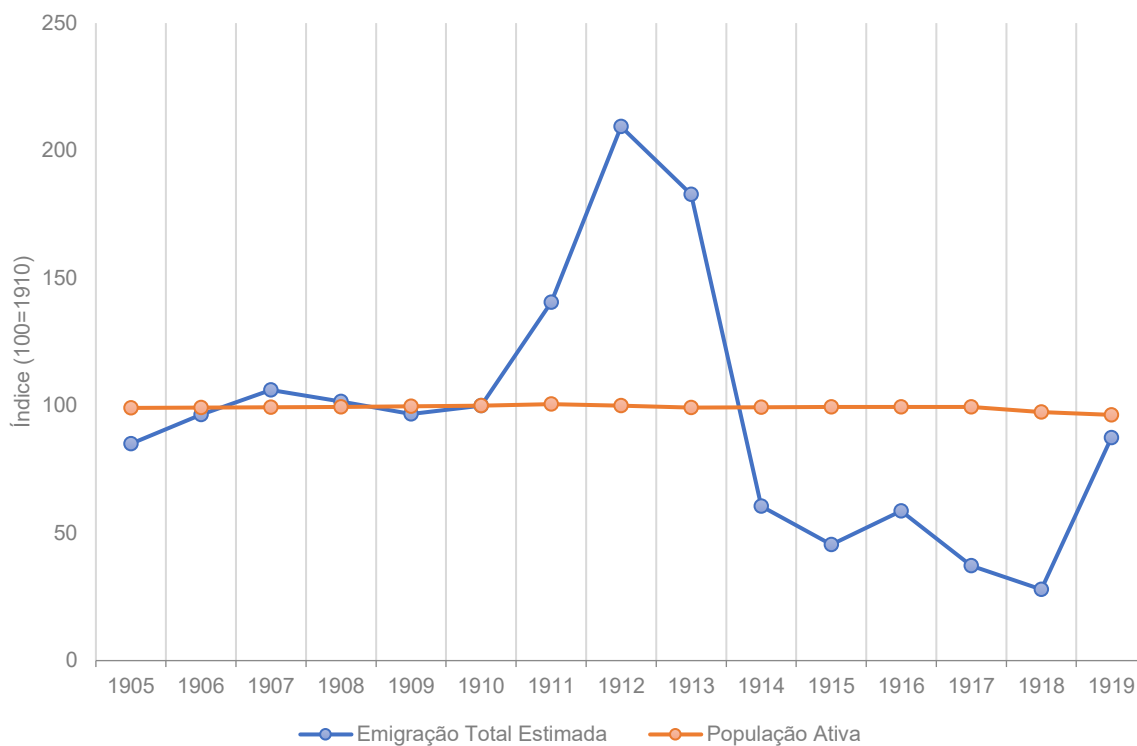
Nas outras culturas agrícolas, o ano de 1917 apresentou baixas produções nas culturas mais dependentes de água, em virtude da fraca precipitação no outono-inverno de 1916–17. Assim, a produção de feijão caiu 8% em quantidade em relação a 1916, o milho 5% e a batata 3.5%. A escassez de alimentos motivou a Revolta da Batata, em maio de 1917, no seguimento de uma subida repentina no preço deste tubérculo, que desempenhava um papel importante na dieta portuguesa. A revolta trouxe assaltos populares a mercearias e tumultos que geraram mais de 40 mortos.

FIG. 3 - COLHEITAS AGRÍCOLAS



Fonte: Valério (2001), com base em Baganha (1994).

FIG. 4 - EMIGRAÇÃO E POPULAÇÃO ATIVA



Fonte: Valério (2001), com base em Baganha (1994).

Uma válvula de escape das más condições agrícolas na altura era a emigração (**figura 4**). Desde a instauração da República até ao eclodir da Grande Guerra, a emigração aumentou rapidamente, atingindo em 1912 um máximo de quase cem mil indivíduos (entre registos oficiais e estimativas). O principal destino era o Brasil. Entre 1914 e 1918, as limitações à circulação de pessoas e mercadorias, e o clima de guerra, mantiveram a emigração portuguesa deprimida e, por isso, pouco informativa da real magnitude da degradação das condições de vida no país.

A economia de guerra portuguesa

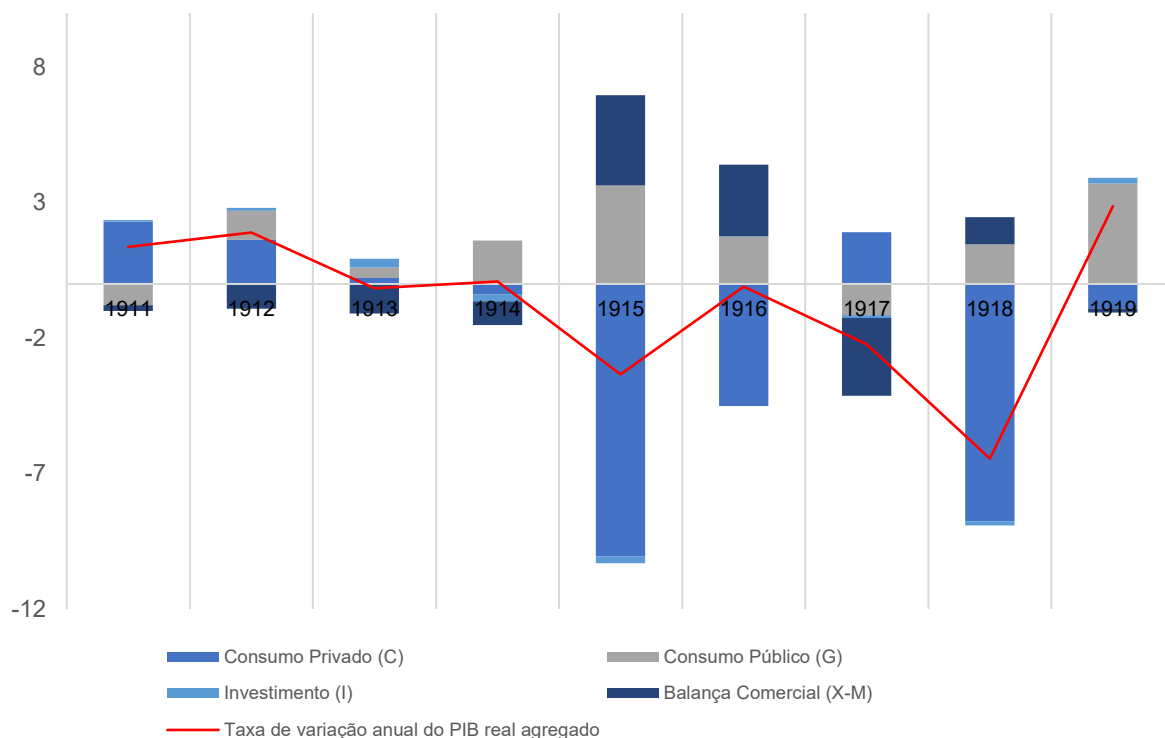
A diminuição da emigração foi um dos impactos que a guerra teve sobre a economia portuguesa, visto que a mobilidade das pessoas estava muito restrita. As guerras marítima e submarina interromperam as ligações transatlânticas e, por sua vez, o conflito com a Alemanha e a invasão da França tornaram as ligações terrestres perigosas e difíceis.

Este choque nas comunicações teve, naturalmente, um grande impacto no comércio internacional. Portugal dependia da importação do carvão para o aquecimento e para a sua incipiente indústria, assim como da importação do trigo, necessário para a produção de pão e alimentação da população. Em 1915, existem relatos de frequentes assaltos a padarias. A pesca do bacalhau tornou-se também impossível e as falhas de fornecimento estenderam-se à batata.

O governo reagiu a estas falhas de variadas formas, todas elas pouco eficazes mas reveladoras da escassez de produtos. Logo em agosto de 1914, a administração criou a Comissão das Subsistências, para analisar e estabelecer fornecimentos de bens essenciais. A exportação de carvão e de certos géneros alimentícios foi proibida, num intervencionismo até então pouco habitual. Em abril de 1915, os preços de géneros alimentares essenciais foram tabelados por comissões reguladoras concelhias. Mais tarde, tornou-se obrigatório o reporte das quantidades produzidas. Surgiram também os Armazéns Gerais Industriais, cuja missão era garantir o abastecimento essencial das indústrias, que muitas vezes cessavam atividade por falta de matéria-prima. Em 1917, criou-se o Ministério da Agricultura, com um programa de incremento da produção e produtividade agrícolas, que tentou, entre outras medidas, formar cooperativas agrícolas para cultivo em baldios e terras em pousio, e facultar sementes e adubos aos produtores.

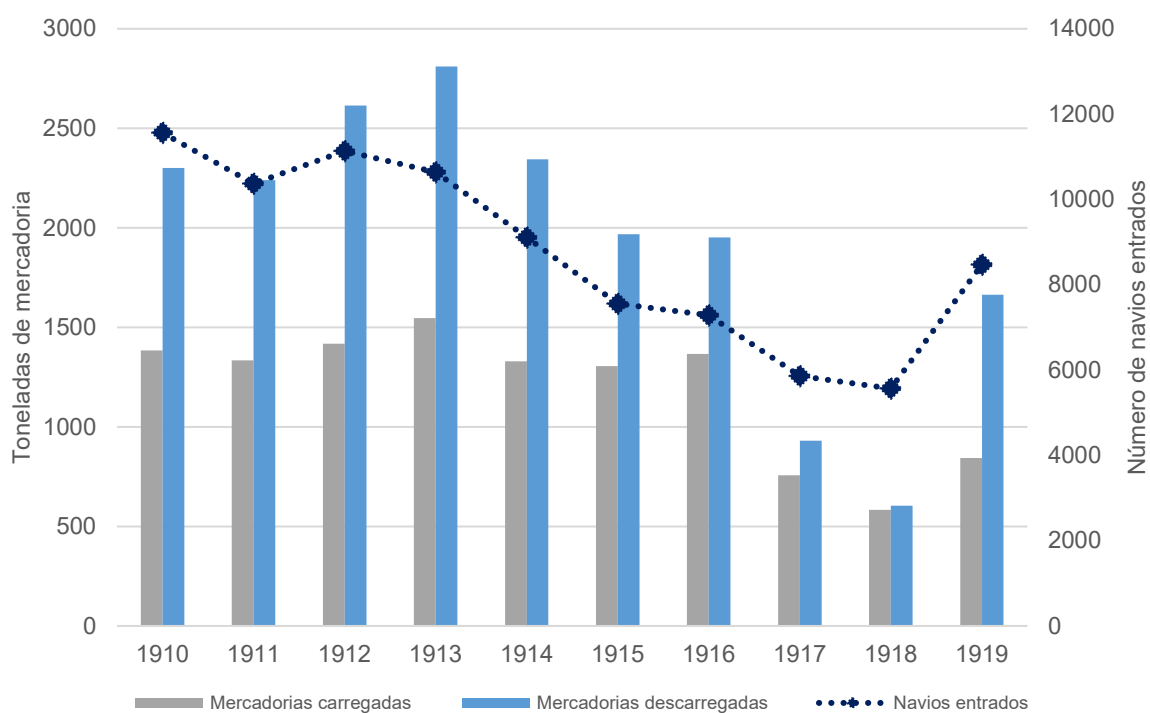
A **figura 5** mostra a decomposição do PIB da ótica da despesa. O impacto da guerra no PIB, em 1915 e 1916, deveu-se quase exclusivamente a um colapso do consumo privado, consistente com a escassez de bens. Durante todo este período, o consumo privado mantém-se retraído, com uma nova hecatombe em 1918. De início, em 1915 e 1916, as importações caíram mais do que as exportações (em valor). Porém, em 1917 e 1918, o agudizar da guerra marítima reduziu as duas facetas do comércio internacional a um mínimo. A **figura 6** mostra o declínio da movimentação de mercadorias, em quantidades, nos portos nacionais, que eram a principal via de comércio externo.

Fig. 5 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (ÓTICA DA DESPESA)



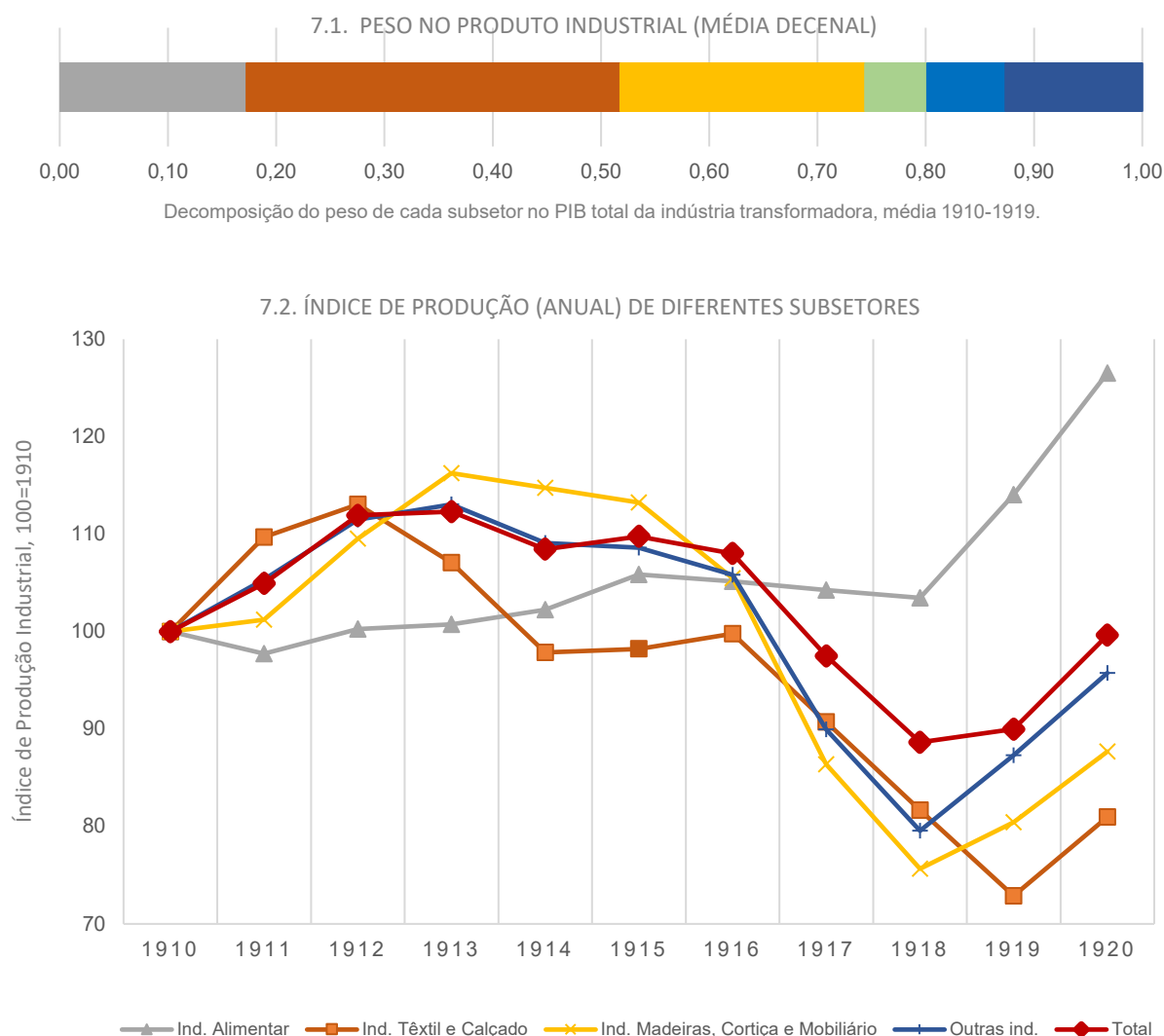
Fonte: Batista et al (1997).

Fig. 6 - MOVIMENTO PORTUÁRIO



Fonte: Valério (2001).

Fig. 7 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



Fonte: Batista et al (1997).

Também é visível na [figura 5](#) o aumento no consumo público em 1915. Mais surpreendente é a sua contribuição limitada para a economia em 1917 e 1918. O impacto económico da guerra é distinto na economia portuguesa em relação às economias americana, inglesa ou alemã: enquanto nestes países as despesas militares recaíam sobre armas e fardas, que estimulavam a produção nacional, em Portugal era produzido pouco armamento, e os pagamentos associados à despesa militar eram direcionados para o exterior. Por seu turno, esses pagamentos eram maioritariamente financiados através de crédito cedido pelo Banco de Inglaterra. Por outro lado, a maior fatia dessas despesas era composta pelos salários dos militares deslocados no estrangeiro, que pouco estimulava o consumo em Portugal.

A [figura 7](#) mostra os índices de produção industrial dos principais subsectores da indústria transformadora e os seus pesos relativos no setor. Em 1917, os têxteis eram o maior subsetor, representando 35% do produto da indústria transformadora e

empregando cerca de 33% da população ativa industrial. Das 50 maiores empresas nacionais da época (por valor do ativo), 28 pertenciam ao setor dos têxteis (Neves, 2007). Seguia-se a indústria da madeira e cortiças, com 23% do produto da indústria transformadora e 11% da população industrial ativa empregada, e a alimentação com 17% do produto da indústria transformadora e 21% da população industrial ativa empregada, sobretudo nas conserveiras e na moagem de cereais.

O comportamento díspar das diferentes indústrias revela também as peculiaridades da economia de guerra portuguesa. As indústrias têxteis, muito dependentes da importação de matéria-prima, atingiram um pico em 1912, do qual declinaram continuamente, com exceção de uma estagnação em 1915–16, apenas retomando o crescimento na década seguinte. A indústria da madeira, cortiça e mobiliário, que era bastante orientada para a exportação, seguiu uma tendência semelhante, afetada com a contração na procura externa e as dificuldades em escoar mercadorias associadas ao conflito, mas com cava em 1918. Para ambas, o envolvimento de Portugal no conflito, em 1916, agravou o ritmo da queda da produção, ressentindo-se também com a falta de importação de carvão.

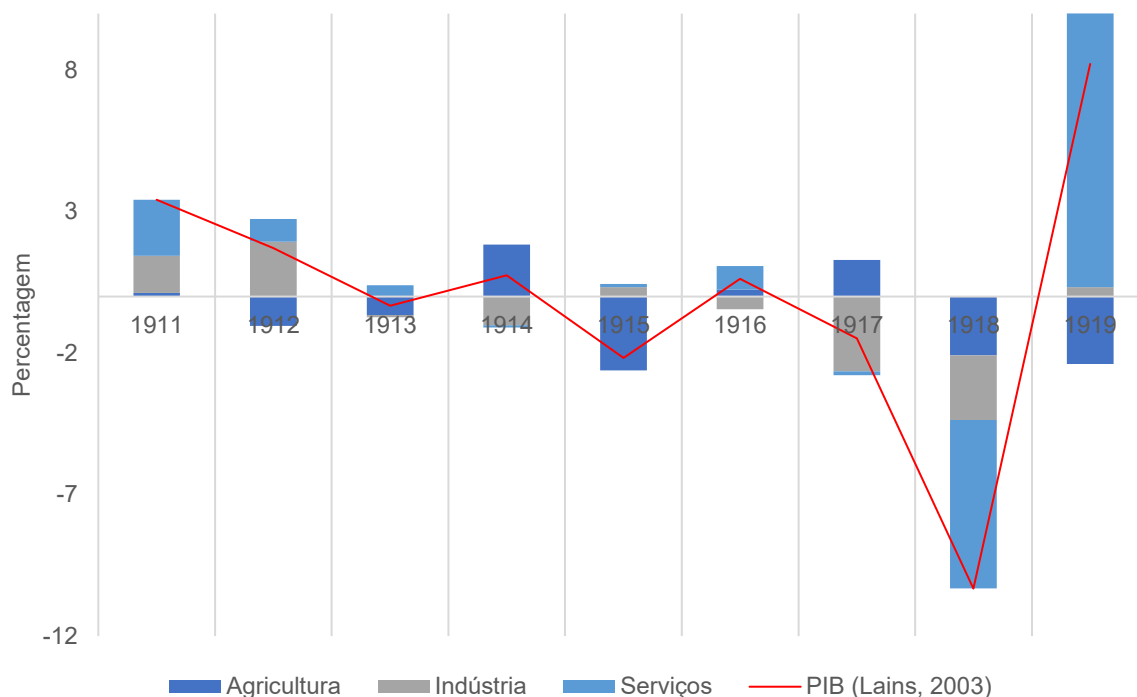
A generalidade dos subsetores experienciou dinâmicas semelhantes. As indústrias de máquinas de transporte, que observaram um crescimento contínuo, e, especialmente, as importantes indústrias alimentares, foram exceção, com a sua produção a manter-se surpreendentemente constante, senão mesmo com tendência para aumento, não obstante o contexto adverso em termos de fornecimentos, preços e escoamento. A indústria conserveira era o grande motor deste subsetor, visto que Portugal era o principal produtor mundial de conservas, que eram utilizadas pelos contingentes militares mobilizados.

Quando olhamos para a decomposição do PIB por setores nesta década, é importante notar que, em média, cerca de 35% do produto se encontrava no setor primário, 27% no setor secundário, e 38% no setor terciário. Deste modo, quando vemos na figura 8 que a indústria, tendo em conta o seu peso limitado, é responsável por uma fatia importante da queda do PIB em 1917, isto corresponde a uma grande contração dentro do setor. Por sua vez, a contração dos serviços em 1918, associada ao agudizar das dificuldades da guerra acrescidas do impacto da gripe pneumónica, contribui para a recessão, enquanto a sua recuperação em 1919 é um dos motores da recuperação económica. No entanto, este sobe e desce dos serviços deve ser encarado com alguma reserva. Esta decomposição do PIB vem de uma série do produto (da autoria de Lains, 2003) que apresenta um comportamento anómalo em 1919, com um crescimento do PIB de 8,2% nesse ano, muito acima das séries disponíveis (entre 2,2% e 2,8%). Isto deve-se a uma atualização grande no peso do setor dos serviços em 1919 por parte de Lains (2003), coincidindo com o grande crescimento do setor financeiro nesse ano.

Por fim, o último efeito importante da guerra no ciclo económico verifica-se na situação orçamental e monetária. Os elevados défices trazidos pela Guerra foram monetizados pela emissão de dívida. Aliás, em 1918, essa monetização é prevista num decreto com força de lei que rege o Banco de Portugal. Como mostra a figura 9, a inflação disparou, e uma vez que esta inflação também se verificou noutros países

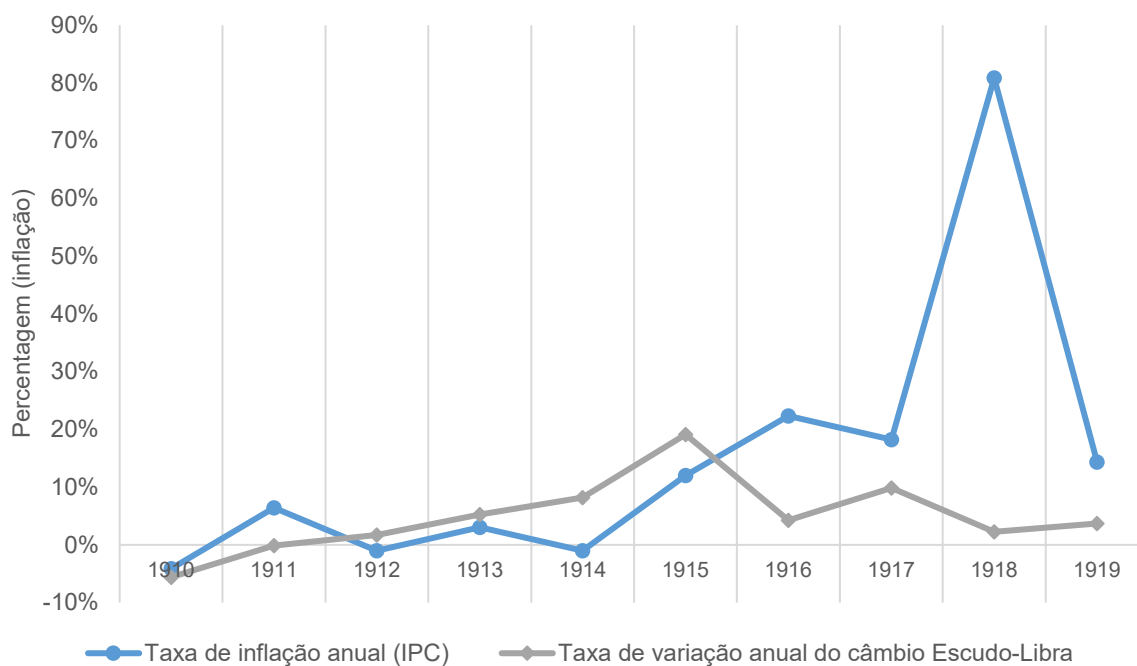
envolvidos no conflito, a taxa de câmbio em relação à libra esterlina não se alterou muito. A I Guerra Mundial destruiu a tendência nacional e internacional de estabilização em torno do padrão-ouro.

Fig. 8 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (SETORES)



Fonte: Lains (2003), baseado em Batista et al (1997).

Fig. 9 - INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO



Fonte: Valério (2001).

3. CALIBRAÇÃO DE PICOS E CAVAS

Há poucas dúvidas que a Grande Guerra causou uma recessão em Portugal. Por sua vez, praticamente todos os indicadores mostram uma recuperação em 1919 ou 1920, com a maioria a apontar para o primeiro destes dois anos. O Comité não teve por isso dificuldade em datar a cava da recessão em 1918.

Datar o pico exige maior discussão. Por um lado, os efeitos da guerra fazem-se sobretudo notar a partir de 1917, quando Portugal entrou no conflito e perdeu qualquer acesso ao comércio internacional por via marítima ou terrestre. Por outro lado, os efeitos da guerra na atividade económica já se notavam a partir de 1915, sobretudo com o impacto no consumo privado. Por fim, houve uma contração das produções agrícolas no ano agrícola de 1912–13 de que a economia não tinha começado claramente a recuperar quando a guerra eclodiu. Logo, é defensável datar o pico em 1916, 1914, ou 1912. No primeiro caso, a contração da economia está associada à entrada no conflito, no segundo caso está associada ao início da Grande Guerra, e no terceiro está associada à crise agrícola.

O Comité decidiu datar o pico em 1912. As três fases desta recessão resultaram de três choques consecutivos dos quais a economia nunca começou verdadeiramente a recuperar até surgir o choque seguinte. Por isso, cada um deles agudizou consecutivamente a recessão, contribuindo para uma das mais longas recessões na economia portuguesa durante a I República.

4. CONCLUSÃO

No início da República, Portugal era uma economia fortemente agrícola e fechada ao exterior. As exceções eram as conservas e o vinho do Porto nas exportações, e a dependência das importações de trigo, para a alimentação, e de carvão, para a incipiente indústria nacional.

No ano agrícola de 1912-13, as condições naturais adversas levam a uma contração na produção do vinho e de alguns cereais. As principais colheitas não recuperam no ano seguinte e, em 1914, o deflagrar da Grande Guerra trouxe um novo choque recessivo à economia portuguesa. As dificuldades de abastecimento causaram uma enorme quebra no consumo das famílias e muita tensão social, em parte associada à pressão que os meios urbanos fizeram sobre os meios rurais em termos de abastecimento alimentar. A emigração parou com o fechar de fronteiras, que impôs uma súbita quebra no boom da emigração para o Brasil e para os EUA verificada nos anos anteriores.

O impacto da guerra agudiza-se em 1917 com a entrada de Portugal no conflito. A sua posição beligerante não só põe um grande peso nas finanças públicas, sem correspondente estímulo na procura pelas indústrias nacionais, com exceção da conserva, como também fecha as fronteiras marítimas (fruto da ação dos submarinos

alemães) e torna perigosa ou impossível a mobilidade terrestre para além do território espanhol. Com o fim da guerra, a abertura das fronteiras permitiu reatar os abastecimentos e escoar a produção, despoletando uma recuperação da atividade económica. No entanto, esta recuperação não é completa, pelo que a atividade económica continuou deprimida na primeira metade dos anos 20. Como profunda cicatriz da Grande Guerra permaneceu uma instabilidade financeira e orçamental sem par na história portuguesa.

REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

(Para uma lista mais completa das fontes, ver a nota metodológica)

1. Lains, Pedro (2003). “Os Progressos do Atraso – Uma Nova História Económica de Portugal”. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
2. Neves, Pedro (2007). “Grandes Empresas Industriais De Um País Pequeno: Portugal da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial”. Tese de doutoramento. ISEG: Lisboa.